

**REGISTRO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS****INFORMAÇÕES GERAIS**

Encarregado(a) pelo Tratamento de Dados Pessoais	Juiz/a Auxiliar da Presidência
Endereço do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Rua Barão de Jaguara, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927
Contato	ouvidoria@trt15.jus.br
Informações sobre a LGPD no âmbito do TRT-15	<a href="https://trt15.jus.br/legislacao/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais">https://trt15.jus.br/legislacao/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais</a>

**Conforme a Lei 13,709/ 2018, art. 7º, III, a Administração Pública pode efetuar o tratamento de dados pessoais no exercício de suas competências legais ou execução de políticas públicas para entrega de serviços públicos e nesses casos não precisará colher o consentimento do titular dos dados, mas, necessariamente, será obrigada a informar a finalidade e a forma como o dado será tratado.**

**Gestão de Saúde de Magistrados e Servidores**

<b>Área Responsável pela Gestão do Serviço/ Processo:</b>	Secretaria de Saúde
<b>Atuação do operador no ciclo de vida do dado pessoal (Coleta, retenção, processamento, compartilhamento, eliminação)</b>	Atua nos ciclos de coleta, retenção, processamento, compartilhamento
<b>Fluxo de tratamento dos dados pessoais</b>	1) Os dados pessoais são coletados por meio de preenchimento de formulários físicos, Gmail, sistema próprio de saúde (SIGS), e ainda do sistema PROAD, pelo titular dos dados pessoais; 2) Os dados são armazenados no prontuário físico nas instalações do TRT15, no sistema SIGS, e no sistema PROAD; 3) A Secretaria de Saúde processa os dados contidos nos documentos preenchidos e nos sistemas internos; 4) e encaminha para outras unidades (Secretaria de Gestão de Pessoas, Diretoria-Geral, Assessoria de Apoio aos Magistrados, e outras) atendendo às necessidades das demandantes
<b>Fonte de obtenção de dados pessoais</b>	O titular dos dados pessoais, documentos físicos, sistemas
<b>Finalidade do tratamento de dados pessoais</b>	Preservar o sigilo médico dos dados pessoais sensíveis
<b>Enquadramento legal</b>	art. 7º da LGPD (...) VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

<b>Categoria de dados pessoais</b>	<p>Nome, idade, altura, peso, sexo, data de nascimento, local de nascimento, estado civil, nacionalidade número celular pessoal, e-mail pessoal, atividade profissional, uso de tabaco, uso de álcool , hábito alimentar, comportamento, informações sobre acidente de trabalho, descrição psicológica, composição familiar, atividades e interesses de lazer, tutela, guarda temporária ou definitiva, interdição, adoção, processo disciplinar, advertências, bem como qualquer outro tipo de penalidade ou sanção administrativa prevista em leis, normas e regulamentos, descrição do cargo e função, local de trabalho, condições de trabalho, cargos anteriores, registros de absenteísmo</p> <p>Categorias - Dados de identificação pessoal, Características pessoais, Hábitos pessoais, Características psicológicas, Composição familiar, Interesses de lazer, Processo Administrativo, Educação e Treinamento</p>
<b>Categorias de dados pessoais sensíveis</b>	Sim. Dados sobre origem racial ou étnica, dados referentes à saúde, dado genético, dado biométrico
<b>Prazo de retenção dos dados pessoais</b>	A definir
<b>Local de armazenamento</b>	Arquivo morto, Arquivos físicos na Secretaria de Saúde, sistema PROAD, sistema SIGEP/SIGS, Gmail
<b>Totalização das categorias de dados pessoais tratados</b>	12 categorias
<b>Compartilhamento dos dados pessoais</b>	Compartilhados internamente, e também com outros Órgãos públicos que solicitam avaliação de seus servidores
<b>Transferência internacional</b>	Não
<b>Medidas de segurança e privacidade</b>	Processo Administrativo sigiloso; Controle de acesso aos sistemas
<b>Atualização</b>	20/10/2022